

NOTAS ECONÓMICAS

2

ALBERT O. HIRSCHMAN A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA — DOIS ANOS DEPOIS

JOSÉ VEIGA TORRES A VIDA FINANCEIRA DO CONSELHO GERAL DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO

PEDRO NOGUEIRA RAMOS LE RÔLE DU CRÉDIT DANS LES MODÈLES MACROÉCONOMIQUES

CONSTANTINO REI/JOÃO LISBOA DIMENSÃO E DESEMPENHO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PORTUGUESAS

JAIME FERREIRA O CINEMA — DOCUMENTÁRIO E FICÇÃO — COMO DOCUMENTO E DISCURSO HISTÓRICO

AMADEU LOPES SABINO O TRATADO DE MAASTRICHT NA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

FERNANDO FREIRE DE SOUSA PARA ALÉM DOS DOGMAS: REFLEXÕES SOBRE O LIBERALISMO E A ECONOMIA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COCUMBO



Círculo FEUC

Círculo FEUC continua neste número a dar conta de acontecimentos significativos da vida da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Em ano de comemorações do 20º aniversário encontramos aqui, muito naturalmente, os ecos de iniciativas com que estamos a assinalar esta data.

O Doutoramento *Honoris Causa* de Albert O. Hirschman, em 25 de Abril do ano corrente, integrado nas nossas *Jornadas*, foi um momento importante, em que prestámos o nosso tributo a um dos nomes grandes da ciência económica e em que, trazendo-o à nossa vida académica, nos revemos nas perspectivas abertas e plurais com que trabalhamos.

O facto de Albert O. Hirschman ter sido apadrinhado pelo Prof. Doutor António Simões Lopes assinalou, entre muitos outros motivos de reconhecimento, o nosso respeito perante um professor ilustre que nestas duas décadas tem tido o seu nome associado à vida desta Faculdade.

Publicam-se em *Círculo FEUC* a alocução de A. O. Hirschman e as orações de elogio do Doutorando e do Apresentante que foram, proferidas, respectivamente, pelos Prof. Doutor José Reis e Henriques Albergaria.

Pequeno Discurso para Coimbra

Albert O. Hirschman

Uns anos atrás um amigo meu soube que eu iria receber um título honorário e comentou: “Claro, isto é o seu *Erntezeit*”. Esta palavra alemã, que significa “hora de colher os frutos”, pareceu-me uma metáfora peculiar. Quando escrevi os livros ou os artigos pelos quais presumivelmente me estão a homenagear hoje, nunca pensei nestas cerimónias como uma forma de recompensa pelos meus esforços. Elas não podem ser comparadas com os frutos colhidos pelo agricultor como resultado do seu trabalho sistemático ao longo do todo o ano.

Por isso, procurei outra interpretação destas ocasiões e notei que, pelo menos as homenagens europeias, constituíam um padrão interessante. Os títulos que recebi fazem-me lembrar, com notável fidelidade, a minha peregrinação involuntária por muitos lugares durante oito longos anos, de 1933 a 1941: da minha cidade natal, Berlim, para França e de lá para Itália, depois de volta a França e seguidamente, via Espanha e Portugal, para a América. É talvez por causa deste padrão daí emergente que eu escrevi, para cada uma destas ocasiões, uma sucinta memória autobiográfica relatando o período que vivi nos respectivos lugares. Sempre resisti aos pedidos de amigos bem intencionados que achavam que eu deveria escrever uma autobiografia completa. Mas como essas homenagens académicas requeriam, como esta agora, que eu fizesse um “breve e elegante” discurso, achei que poderia usá-los para relatar algum episódio significativo. Quando reunidos talvez possam revelar uma história mais ou menos completa.

Permitam-me por um breve momento relembrar essas ocasiões anteriores.

Do meu nascimento, em 1915, até à minha emigração, em 1933, vivi em Berlim e quando a Freie Universität daquela cidade me conferiu um título honorário cinco anos atrás, eu contei uma história da minha infância ou dos primeiros anos da minha adolescência ... como um dia fiquei sabendo, para minha grande surpresa e desapontamento, que meu pai não tinha o que eu então pensava ser uma necessidade básica para qualquer pessoa ... uma *Weltanschauung* ! O resto da minha vida e das minhas ideias poderiam provavelmente ser escritos

em termos da minha gradual descoberta de quanto o meu pai estava certo.

Depois de ter mudado de Berlim para Paris, em 1933, tive problemas ao decidir como retomar os estudos começados em Berlim. Hesitei, particularmente, entre a Ecole des Sciences Politiques (*Sciences Po*) e a Ecole des Hautes Etudes Commerciales (H.E.C.). Finalmente escolhi H.E.C. Quando *Sciences Po* me conferiu um título honorário em 1989, pude então contar como tinha decidido ir para H.E.C. Através de uma série de acontecimentos improváveis encontrei, no começo de 1933, o jovem Michel Debré, que mais tarde se tornou primeiro ministro de de Gaulle. Naquela época, ele estava a começar os seus estudos em *Sciences Po*, mas tendo em vista a minha condição de refugiado, aconselhou-me com bastante convicção — e aos 21 anos de idade ele já era cheio de autoridade — que eu fosse para H.E.C., uma escola que me prepararia mais para o sector privado do que para a vida pública. Portanto, a atribuição do doutoramento permitiu-me agradecer a *Sciences Po* haver-me finalmente aberto os seus portões.

A minha paragem seguinte, durante os anos trinta, foi Itália. Fui de Paris para Trieste em 1936, onde fiquei dois anos continuando os meus estudos e dando, de vez em quando, uma ajuda ao meu cunhado italiano Eugenio Colorni que, além de ensinar filosofia, era um activo antifascista. Portanto, quando a Universidade de Turim me conferiu um título em 1987, contei a história da minha estadia em 1936-38 e de como eu admirava o meu cunhado e os seus amigos porque combinavam o seu activismo político com a prática contínua da dúvida sistemática e que, ao contrário de muitos outros militantes, nunca estavam convencidos de que tinham todas as respostas sobre política ou qualquer outro assunto.

E agora Portugal e Coimbra. Posso contar uma história de como o vosso país ou, mais em geral, a Península Ibérica tocou a minha vida? Isso leva-me de volta a uns dos mais sombrios períodos do nosso sombrio século, a segunda metade de 1940 depois do colapso da França e quando o exército de Hitler dominava a maior parte da Europa. Durante aquele período, depois de ter tido baixa do exército francês, afortunadamente logrando assumir uma identidade francesa, fui para Marselha onde me tornei o assistente principal de Varian Fry, um excepcional jovem americano chegado de Nova Iorque com a missão de ajudar a emigração para os Estados Unidos dos antinazistas que viviam na parte

não ocupada da França e que corriam perigo de vida: proeminentes escritores, artistas, jornalistas e militantes políticos.

O meu trabalho para Varian Fry e o *comité* que ele estabeleceu em Marselha incluía um grande número de actividades que despertou — compreensivelmente, tenho de admitir — as suspeitas da polícia do regime de Vichy. Assim, em Dezembro de 1940, decidi que a hora havia chegado para que eu escapasse pelo caminho que havia ajudado a organizar. Esse caminho ia por Espanha e Portugal para aqueles a quem as autoridades consulares destes dois países haviam concedido um visto de trânsito. Como outros, recebi esse visto porque me tinha sido concedido um visto de imigração pelos Estados Unidos. O problema foi que as autoridades de Vichy não emitiam nenhum visto de saída para estrangeiros que vivessem em França. Portanto, para sair de França foi necessário fazê-lo ilegalmente, caminhando pelas montanhas dos Pirinéus e evitando Cerbère, a cidade francesa perto da fronteira com Espanha, e prosseguindo depois imediatamente para Port-Bou, a cidade no limite da Espanha, para de lá fazer uma entrada legal em Espanha.

Ainda recordo bem, ter saído do porto mediterrânico francês de Banyuls, em 1940, com dois outros refugiados e termos sido ajudados inicialmente por um guia que nos levou por um atalho montanha acima. Depois de uma ou duas horas, o nosso guia informou-nos de que não podia acompanhar-nos mais, indicando a direcção que deveríamos seguir. Portanto, continuámos a peregrinar e finalmente avistámos, em baixo, uma cidade da costa mediterrânica. Seria já uma cidade de Espanha ou ainda estávamos em França? Na dúvida, perguntámos onde estávamos a um homem que ali guardava vacas. Assegurou-nos que já nos encontrávamos em Espanha e a cidade que havíamos visto era com certeza Port-Bou, nosso objectivo. Aliviado e agradecido, ofereci-lhe uma gorjeta, mas ele recusou categoricamente. Ainda lembro as suas palavras orgulhosas: "*Yo cuido mis vacas*".

Isto tornou-se um gesto simbólico de muitas outras generosidades que, nos dias seguintes, recebi dos povos de Espanha e de Portugal. Passei rapidamente por Espanha que acabava de sair de uma longa e cruel guerra civil. Inúmeros traços seus contrastavam com a quase exasperante limpeza de Portugal. Ao chegar a este país, fiquei impressionado com a relativa abundância de





alimentos em comparação com Marselha onde a escassez resultante da guerra havia começado a aparecer. Noutros aspectos, tenho de confessar que a minha memória dos dez dias que fiquei em Lisboa está absolutamente em branco. A razão é simples. Eu estava impacientemente à espera do navio que me levaria para o outro lado do Atlântico, a Nova Iorque. E não existe nada mais em branco do que a memória do tempo que é passado somente à espera.

Portanto, estou muito feliz por, neste momento, 52 anos mais tarde, estarem a dar-me muitas coisas para recordar. Muito obrigado.

José Reis

Magnífico Reitor, Autoridades académicas, civis, militares e religiosas, Senhores Doutores, Senhores Assistentes e Investigadores, Senhores Estudantes, Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores:

É uma tarefa feliz esta que me cabe aqui cumprir, apresentando a obra e as ideias de Albert O. Hirschman e elogiando-lhe o saber.

É feliz porque posso invocar este lugar e a beleza ritual que destinamos ao reconhecimento festivo daqueles que melhor representam o que é próprio da vida universitária — o saber crítico e universalista, feito de cultura e de tolerância.

Invoco-o para contrariar a solidão em que me sentiria se contasse apenas com os meus meios pessoais, pequenos perante o fascínio de uma obra que agora vejo tão nitidamente como parte inteira de uma vida cheia de tributos à cidadania.

É, pois, dos sentidos, dos significados — e, sem dúvida, das emoções — que guardamos neste cerimonial que me quero fazer acompanhar para testemunhar perante vós que quem vai solicitar a imposição da láurea doutoral pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra é um economista pioneiro, um cientista social inovador e um cidadão de bem.

Bastaria, para o deixar seguro, apontar que Albert O. Hirschman nos é apresentado pelo Doutor António Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Professor de Economia que a minha Faculdade não quer deixar de aqui considerar como dos seus, isto é, como um daqueles que ajudaram a fazer os 20 anos que hoje aqui começam a comemorar-se.

E quanto a isto declaro-me, sem modéstia, testemunha privilegiada. Como um dos estudantes que em Outubro de 1973 atravessaram a porta férrea acolhidos por uma nova Faculdade da Universidade de Coimbra, fui um dos que em 1976 tiveram o privilégio de ser aluno do Doutor Simões Lopes, chamado a ensinar em Coimbra. Foi através da sua competência, da forma afectuosa de se relacionar com os estudantes, que aqui aprendemos cedo — antes que a Europa nos trouxesse o discurso das regiões — o elogio rigoroso do desenvolvimento e partilhámos a convicção de que à economia faltava ganhar o sentido — técnico e ético — do espaço, do desenvolvimento regional, da justiça que é fundamental à coesão e à cidadania.

Mas invoco para mim a condição de testemunha privilegiada sobretudo porque, entre 1986 e 1989, beneficiei do seu estímulo e do seu aconselhamento metódico quando, sob a sua orientação, preparei uma dissertação para aquelas que haveriam de ser as primeiras provas de doutoramento de um economista, e de um economista licenciado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nesta Sala dos Capelos.

Motivos de sobra, pois, para que a minha Faculdade afirme como parte de si própria a influência rigorosa que o Doutor Simões Lopes aqui tem exercido, como Professor, como membro do Conselho Científico desde 1977 e como interveniente directo no alargamento das capacidades científicas de Coimbra nos domínios da Economia. Motivos de sobra, também, para que, associando-me ao meu Colega Henrique Albergaria, possa declarar a minha alegria em aqui o testemunhar.

Faço-o em nome de uma Faculdade que hoje começa a comemorar os seus 20 anos, uma idade maior para quem se quis sempre afirmar como escola aberta à inovação, à interdisciplinaridade, a uma colaboração estimulante com a comunidade que é o contexto do seu funcionamento. Criada em 1973, a Faculdade de Economia apetrechou-se cedo, à própria medida em que se ia construindo como escola, para um sentido interdisciplinar e inovador que hoje, sem sobressaltos, nos dão as convicções de modernidade necessárias para estarmos a par do que orienta a vida universitária europeia.

Não cabe aqui fazer a história deste processo, valioso pelos seus efeitos, mas sobretudo significativo por, através de múltiplos laços, se ter alcançado, em grande pluralidade, um ambiente de escola, uma identidade auto-construída, que permite aos que se ligam à Faculdade de Economia exercerem a sua influência pelas várias esferas da vida sócio-económica reclamando-se de uma origem universitária gratificante, a que não é alheio o forte capital intelectual e simbólico que a Universidade de Coimbra representa.

As *Jornadas da Faculdade de Economia*, que decorrerão nas próximas 4ª e 5ª feiras e que desejamos bienais, e o lançamento do primeiro número da revista *Notas Económicas*, que ocorrerá na mesma altura, são expressões de um trabalho intenso de que nos orgulhamos.

Queremos, deste modo, que os sinais da nossa vitalidade universitária sejam plurais e que expressem o sentido transfigurador da ciência em

que participamos. Damos hoje aqui, neste dia 25 de Abril, um desses sinais, rendendo o nosso tributo ao que a obra de Albert O. Hirschman significa, mas também beneficiando dela como uma imagem que gostaríamos que nos reflectisse.

E assim é porque vemos em Albert O. Hirschman um economista cosmopolita, verdadeiro cidadão do mundo e de todas as suas pátrias, transgressivo e inovador, culto e crítico, ciente da possibilidade de melhorar o mundo e convicto da sua condição de cientista social, isto é, de profissional de uma arte que lida com os homens e deve retratá-los como eles são, senhores de capacidade e de limitações — humanos, portanto, e não simples variáveis de modelos heroicamente abstractos e rígidos.

Já antes deixei entender que o fascínio que se desprende da obra é indissociável do fascínio que se ganha pela vida do seu autor.

Nascido em Berlim em 1915, Albert O. Hirschman refugia-se em França em 1933, onde estuda no *Institut de Statistique* da Sorbonne e na *Ecole des Hautes Etudes Commerciales*. Em 1935-36 passa um ano na *London School of Economics*, cuja influência reconhece quando afirma ter sido aí que os seus olhos se abriram para a ciência económica. Está, pois, em Londres quando Keynes publica a *Teoria Geral*, de que se faz acompanhar quando regressa ao Continente (a França e a Itália).

Em 1938, doutora-se na Universidade de Trieste com uma tese sobre a política monetária francesa dos anos 20 e 30 e em 1938-39, até ao início da guerra, trabalha em Paris como jornalista económico *freelance* e como investigador de temas económicos.

Na segunda metade da década de trinta e no início da seguinte, a vida de Albert O. Hirschman é marcada por dois grandes episódios dos conflitos europeus do séc. XX — a guerra civil espanhola e a II Guerra Mundial. Em Espanha, na fase inicial da ofensiva de Franco, encontramos Hirschman combatendo pela democracia, o que igualmente fará no exército francês, no início da II Guerra Mundial, e no próprio exército norte-americano.

Em 1941 viajará de Lisboa para Nova Iorque, fixando-se nos Estados Unidos, de onde, entre 1946 e 1952, acompanhará a reconstrução europeia como economista do *Federal Reserve Board*. Segue os diversos planos para a integração económica, como a União Europeia de Pagamentos, no quadro do Plano Marshall. Não sem que antes, em 1945, tenha





publicado *National power and the structure of foreign trade*, onde estudou a influência da Alemanha nazi na Europa do leste e do sudoeste e onde, como diz, cria a sensibilidade “à propensão dos países grandes e poderosos para dominarem os estados mais fracos através de transacções económicas”.

Entre 1952 e 1956 parte para a Colômbia como conselheiro económico e financeiro junto do Conselho Nacional do Planeamento. Apesar de fazer questão de dizer que chegou à Colômbia “sem conhecer nada, sem nada ter lido sobre a economia do desenvolvimento”, é aí que começa a construir o edifício teórico de uma disciplina em que o seu nome é referência principal e de que *The Strategy of Economic Development*, de 1958, é peça basilar.

Nos Estados Unidos o seu nome está ligado às Universidades de Berkeley, Yale, Harvard e Princeton, em cujo Instituto de Estudos Avançados actualmente se encontra.

Albert O. Hirschman declara-se frequentemente um economista solitário embora pareça muito claro que ele é um dos mais bem acompanhados economistas que têm marcado o pensamento contemporâneo. Hoje em Princeton, onde, como diz, está “rodeado de filósofos políticos, antropólogos e historiadores sociais”, tem um isolamento certamente compensador de um esforço que vem de “quando vivia principalmente entre economistas, mas sentia sempre um forte impulso para sair da economia ‘pura’ e explorar as relações entre fenómenos económicos e políticos”. É aliás, neste último propósito, o das relações da economia e da ciência política, que reside um dos contributos principais de Hirschman.

A sua arte é, pois, o fruto de uma forma muito particular de consolidar a economia como disciplina capaz de se inter-relacionar com as demais e agir sobre os problemas.

Mark Blaug chamou-lhe “um mestre do pensamento lateral”, isto é, da capacidade de analisar um problema conhecido sob uma perspectiva nova e inesperada. Nada parece mais certo para qualificar este homem de enorme rigor científico, precursor de uma sólida “visão” (o termo tem origem em Schumpeter e por isso gosto de o invocar aqui) do mundo onde encontramos os problemas económicos. Albert O. Hirschman declarou em 1990 a Richard Swedberg que foi consigo próprio que discutiu a ruptura criadora representada pela obra de Keynes, que muito elogiou quando, a propósito

da emergência da Economia do Desenvolvimento, lembrou que foi este quem, num passo decisivo, legitimou definitivamente a quebra do “gelo do monoeconomismo” da economia ortodoxa ou neo-clássica, fundando um “sistema inteiramente diverso de deduções teóricas e de recomendações práticas”. Um passo decisivo para alargar a interpretação económica a outras esferas, como a das economias que padecem da ausência de dinâmica económica e, em geral, para aproximar esta disciplina dos processos reais do funcionamento económico, inculcando-lhe vontade e acção e dando-lhe novos fôlegos teóricos, que enriquecerão, em geral, as ciências sociais.

Foi assim que surgiu a Economia do Desenvolvimento a que, sobremaneira, se liga o nome de Albert O. Hirschman. Foi assim também que se construiu uma época, a do pós-guerra, em que foram contemporâneos o círculo virtuoso do crescimento das economias industrializadas do ocidente — os trinta anos gloriosos — e as aspirações, tantas delas infundadas, das economias subdesenvolvidas do hemisfério sul, à prosperidade e à própria dignidade no concerto internacional. Realidades contemporâneas que hoje vemos a culminar num mundo cheio de novos problemas, como o de um ambiente assente em recursos utilizados desequilibradamente e mesmo o de uma paisagem geo-política repentinamente alterada.

Época fascinante aquela, diz Hirschman, acrescentando, como autor esclarecido e crítico, que ela foi sobretudo positiva para a disciplina, que se consolidou, mais do que para o objecto das suas pesquisas, ou seja, o desenvolvimento económico das regiões desfavorecidas.

Nessa como noutras questões, Albert O. Hirschman é sempre um economista atento em primeiro lugar, aos homens, aos sujeitos dos processos económicos, porque ele é, sobretudo, o economista que procura as racionalidades ocultas. Isso faz dele um cientista interessado nos comportamentos sociais, mesmo nos aparentemente bizarros, irracionais ou repreensíveis. E nisso está bem acompanhado, pois outro tanto fez Erasmo no *Elogio da Loucura*, como também o fizeram Mandeville e Adam Smith, “chegando a descobertas chocantes, que vão caracteristicamente contra a intuição e que, por isso, têm um papel muito positivo nas ciências sociais”.

Esta preocupação com os sujeitos tem como consequência não acreditar num mundo “altamente

estruturado, que evolua segundo leis imanentes, [perante o qual] as acções humanas sejam risivelmente impotentes” e, portanto, incapazes de mudar. Desafia, por isso, com veemência aqueles que perfilhando “leis do não-movimento” vêm as tentativas de mudança como auto-abortivas, na medida em que não lhes está destinado mais do que serem “de fachada, cosméticas e, portanto, ilusórias, visto suporem que as estruturas profundas da sociedade permanecerão intactas”.

A visão de Albert O. Hirschman da ciência é, pois, a que avalia positivamente as possibilidades de êxito da acção e da intervenção dos homens, com propósitos de mudança. Esta é uma posição que afasta as concepções do século XIX acerca de “uma ciência social com leis tão sólidas quanto as que então se imaginava que governavam o universo físico” ou de uma ciência económica tão dogmática como a que postula a auto-regulação dos mercados.

Como diz François Furet, Albert O. Hirschman permanece um economista clássico, filho da economia e da filosofia do século XVIII europeu.

Representa, por isso, uma “visão” culta e crítica da ciência económica (ou simplesmente a ciência), frequentemente cheia de erudição, como o mostra singularmente o seu livro *As Paixões e o Interesses — Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*, de 1977, em que a sua discussão sobre a natureza da ordem mercantil e capitalista o levam a Montesquieu, sua referência usual, a James Steuart, à filosofia medieval e da renascença, e, naturalmente, a Max Weber, a Adam Smith e tantos outros... Mas a erudição não impede, antes pelo contrário, que a ciência de Albert O. Hirschman traga sempre consigo um apelo à humildade. O que incumbe aos cientistas não é, diz ele com um gosto que se presente pela polémica e pela ironia, “perceber os desígnios da divindade” para, “no meio dos cataclismos” se afastarem dos homens, deixando-os a tactear no escuro, impotentes perante propósitos inacessíveis, enquanto eles, em comparação, se apresentam tão notavelmente perspicazes.

Revêm-se, pois, na sua obra aqueles que não postulam a estabilidade dos sistemas sociais e que, ao contrário, supõem que estes têm o seu tempo, que não é apenas um tempo cronológico, uniforme, exterior, expressão sintética e essencial de uma “secularização” que ordena os indivíduos através de restrições normalizadoras e taxonómicas. Não é

portanto um tempo abstracto, estranho aos indivíduos e aos processos vividos — é um tempo cíclico, poli-ritmado, pluridimensional, sobreposição de várias relações articuladas entre si e de formas divergentes de estruturação da vida económica e social.

Os homens e os problemas com que a ciência de Albert O. Hirschman se preocupa não são, pois, os do mundo que a economia ortodoxa postula. São as de um mundo dificilmente captável, perante o qual é necessário uma tarefa igualmente difícil — regressar ao elementar. Aos actores e aos processos, o que é indispensável é restituir-lhes as suas dimensões próprias. Torná-los, portanto, aquilo que já são — humanos.

É aí que se encontram as racionalidades ocultas, os novos territórios a que Hirschman sempre quis chegar, e que estão exemplarmente ilustrados no que me parecem ser as características mais notáveis da sua obra e da sua visão do mundo. A crítica da alteridade é uma dessas características e ela está belissimamente assinalada no intróito ao seu último livro, *A Retórica da Intransigência*, de 1991, quando se socorre de uma frase de um conto de Jamaica Kincaid para formular a interrogação que atravessou os espíritos progressistas perante a vertiginosa ascensão do movimento conservador americano dos anos 80: “Como é que eles chegaram a isto?”. O motivo da pergunta justifica um belo ensaio sobre a retórica argumentativa dos que, ao longo de duzentos anos, se têm oposto às grandes vagas de desenvolvimento da cidadania, sejam elas a proclamação dos direitos do Homem como valor universal depois da Revolução Francesa, o sufrágio universal ou os direitos sociais assegurados pelo Estado-providência. Mas a sua razão profunda está na denúncia da separação sujeito/objecto. É a crítica da alteridade. Diz Hirschman: “A perturbadora experiência de grande número dos nossos contemporâneos é ver-se excluído, não só das opiniões, mas de toda a experiência de vida. E isso é típico das sociedades democráticas modernas.” E prossegue: “Nestes dias de aclamação universal do modelo democrático, pode parecer mesquinho tratar das deficiências de funcionamento das democracias ocidentais. Porém, é precisamente o desmoronamento espectacular e revigorante de certos muros que chama a atenção para os que permanecem intactos, ou para as fissuras que se aprofundam. Entre estas, uma é frequente nas democracias mais avançadas: a falta sistemática de comunicação entre grupos de cidadãos”.





Os propósitos de comunicação servem para definir o próprio objecto que Albert O. Hirschman atribui à economia. Convido-os a seguirem comigo aquele que é o pressuposto de um dos seus livros mais influentes, *Exit, Voice, and Loyalty*, de 1970. “Em qualquer sistema económico, social ou político, os indivíduos, as empresas e a generalidade das organizações podem ter deslizes que os afastem de um comportamento eficiente, respeitador das leis, correcto, ou seja, de um comportamento adequado”. E se é certo que as pequenas disfuncionalidades são parte de qualquer sistema racional, também é certo, diz ainda Hirschman, que os “economistas têm dado pouca atenção aos deslizes remediáveis dos agentes económicos”, porque lhes sobrepõem um rígido princípio de racionalidade e porque entendem que aos perdedores está sempre reservada a porta de saída.

A convicção mais forte de Albert O. Hirschman é, pois, a de que a economia é uma “ciência moral e política” e que os agentes intervenientes nos fenómenos económicos possuem capacidade de expressão, isto é *voz, lealdades* e meios para *sair* dos contextos axiomáticos a que a teoria os supõe presos.

A expressão dos sujeitos através da opinião, através da sua própria voz, e não apenas da sua condição de átomos de um jogo anónimo de mercado, representa uma nova economia política em que se readquire a noção de indivíduos como sujeitos de várias capacidades e, sobretudo, como sujeitos de dignidade.

Sair ou exprimir-se será, assim, o sinal de uma economia política que pretende ligar-se a homens e as mulheres completos e, portanto, senhores de capacidades e defeitos. É esta, porventura, uma atitude resultante de um pessimismo radical que dá a entender que “para além de o mundo ter sido atacado por um enfraquecimento bem evidente, ele não pára de alastrar graças a uma espécie de entropia típica das sociedades humanas produtoras de excedentes”.

Mas este pessimismo radical pode gerar a sua própria cura, visto que reconhece o hiato entre os desempenhos reais e potenciais dos indivíduos, das empresas ou das organizações, o que permite, portanto, reduzi-lo.

É é nisso mesmo que consiste uma das mais originais formulações de Albert O. Hirschman enquanto “pioneiro do desenvolvimento”. A convicção de que o desenvolvimento depende não

tanto de se encontrarem combinações óptimas para recursos e factores de produção conhecidos, mas sim de se descobrirem e conquistarem, para fins de desenvolvimento, recursos e capacidades encobertas, dispersas e mal utilizadas.

Um cientista social que assim se qualifica redescobre-se também num método, numa arte, muito próprios. Diz-nos Albert O. Hirschman que o seu método é “80% arte e talvez 20% ciência, ou o que se lhe queira chamar” e que consiste, “antes de mais, na capacidade para nos surpreendermos”. Confessa ainda “deixar-se surpreender por uma coisa em que repare e a partir daí desenvolver um conceito mais alargado e adequado”. Segundo ele, “é preciso chegar ao âmago de uma observação simples e generalizá-la através de categorias mais amplas”.

É também por isso, como aliás sublinha, que os seus livros começam sempre com uma pequena nota inicial, uma espécie de *visão geral* em que se aponta alguma coisa que se sente estar mal explorada e que depois se deixa abrir “como uma flor de papel chinesa que se põe na água”.

Magnífico Reitor,

Julgo ter deixado justificado que a Universidade de Coimbra se honra e honra Albert Hirschman concedendo-lhe a láurea doutoral. É isso que vos solicito.

Henrique Soares de Albergaria

Magnífico Reitor, Exmas. Autoridades académicas, civis, militares e religiosas, Senhores Doutores, Senhores Assistentes e Investigadores, Senhores Estudantes, Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores:

Albert Hirschman, um dos mais destacados economistas contemporâneos, veio à Universidade de Coimbra pedir para ser elevado à qualidade de Doutor pela Faculdade de Economia. O seu padrinho é António Simões Lopes, ilustre economista e reitor da Universidade Técnica de Lisboa.

Sobre a personalidade e a influência marcante do postulante na evolução da teoria económica, já o meu colega José Reis esboçou um impressionante retrato. Permita-se-me, no entanto, que sobre este brilhante economista, atento à diferença de mentalidades e de culturas, refira um dos aspectos do seu pensamento que considero fascinante e merecedor de respeito por ir ao encontro daquilo que convictamente acredito e que é o de considerar imprescindível ligar princípios morais e investigação.

De facto, Albert Hirschman, mais do que um economista, é um homem de ciências morais e políticas, procurando no económico o que não é económico, derrubando lucidamente as barreiras das abordagens monodisciplinares que mutilam a compreensão dos fenómenos sociais. É uma ciência social inseparavelmente moral e social que defende, onde as considerações morais não são afastadas por serem incompatíveis com o discurso científico, mas, ao contrário, integradas na análise, enriquecendo-a.

Como afirma François Furet, num prefácio a uma das obras de Albert Hirschman publicada em França em 1984, "O especialista do homo economicus universal possui a rara qualidade da sensibilidade ao particular e à diferença. Na estrutura do comércio externo, ele decifra a infelicidade de um povo. Numa taxa de inflação, o impasse de uma nação. Numa pirâmide etária, a impossibilidade de uma reforma."

Uma Faculdade de Economia, norteada por princípios humanistas e fraternos, que pretende nos seus objectivos científicos cultivar a inter-disciplinaridade e que aspira, na sua prática, a uma visão crítica da realidade, não pode deixar de ver em Albert Hirschman um dos cientistas que melhor encarnam esses ideais.

Compreende-se, assim, que mais do que a unanimidade, a ideia de elevar Albert Hirschman ao grau de Doutor, suscitasse um enorme entusiasmo entre o corpo docente da nossa Escola. Diga-se, em abono da verdade, que menor não foi a espontaneidade com que o nome de António Simões Lopes foi imediatamente apontado e subscrito calorosamente para seu Apresentante, pelo enorme respeito científico e humano que lhe dedicamos e por parecerem óbvias a todos, as afinidades que entre um e outro existem, nomeadamente na forma como em ambos os princípios morais conduzem a uma visão transgressiva da economia.

Confiou-me a Escola a honrosa incumbência de elogiar António Simões Lopes, apresentando-lhe brevemente a obra e as ideias. Apesar de com ele ter convivido, ainda que irregularmente, ao longo dos últimos quinze anos, de ter estudado a sua obra, do muito que aprendi ouvindo e discutindo com alunos, colaboradores seus e colegas, ocioso será sublinhar as dúvidas que me assaltam de levar a bom termo esta difícil tarefa.

Como tantos de nós já o sabem, António Simões Lopes é um homem sereno, de princípios firmes, de gostos simples e trato afável, cuja vida foi dedicada por inteiro ao ensino, ao estudo e à investigação. Pelas suas qualidades humanas, morais e científicas, corresponde à imagem do verdadeiro universitário, vocação tão forte que nos parece ter sempre existido, como se, conhecendo-o na infância, fosse possível descortinar a obra que realizaria e o homem que viria a ser.

Nascido em 1934 no concelho de Góis, distrito de Coimbra, António Simões Lopes foi um estudante brilhante, arrecadando uma dezena de prémios escolares antes de se doutorar em Economia na Universidade de Oxford em 1971, com uma tese intitulada *The Economic Functions of Small Towns and Rural Centres*.

Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, onde exerce funções docentes desde 1962, leccionou também em várias outras Universidades do país e do estrangeiro e sempre em matérias ligadas ao Desenvolvimento Regional. Da sua passagem pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a cujo Conselho Científico pertenceu até 1988, tem a Escola boas razões para o recordar com saudade, e uma enorme dívida de gratidão que me apraz aqui registar, associando-me nisso ao meu colega José Reis, pelo muito que se lhe deve na construção da





Faculdade, e pela aulas brilhantes que ministrou aos nossos alunos. Pedagogo ímpar, mais do que transmitir com inigualável mestria conhecimentos científicos rigorosos aos milhares de estudantes que frequentaram as suas aulas, convidou-os a questionar e a reflectir, sem nunca esconder o que do seu saber era do foro das convicções e dos princípios morais que defende. De salientar, a este respeito, que os ensinamentos de muitos anos de estudo, reflexão e de convívio com os alunos, consubstanciou-os António Simões Lopes no único manual existente sobre Desenvolvimento Regional de autoria de um português, cuja primeira edição data de 1980 e que continua a constituir uma obra de referência fundamental no ensino desta área em todas as Universidades do País.

Antes de abordar as ideias presentes na sua obra científica, devo referir que as qualidades humanas de António Simões Lopes, o seu trabalho de pedagogo e de cientista, valeram-lhe o respeito público e o reconhecimento institucional, tendo sido agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública pela República Portuguesa e também agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem Nacional de Mérito em 1985 pela República Francesa. Em 1987 foi distinguido com o título de Professor Honorário da Universidade Federal do Maranhão.

Foram essas mesmas qualidades que içaram António Simões Lopes a altas e prestigiadas funções das quais me permito destacar, a de Reitor da Universidade Técnica de Lisboa desde 1987, a de Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas de 1985 a 1987, a de Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa em 1986 e a de Presidente do Conselho da Acção Social do Ensino Superior desde 1987.

Sinais de que o seu prestígio científico ultrapassa as fronteiras nacionais, encontramos-os, nomeadamente, na circunstância de ser membro de vários grupos de investigação e associações científicas internacionais e, em particular, no facto de ser membro do Conselho de Administração da Association de Science Régionale de Langue Française.

A sua influência científica pode ainda ser indicada dizendo que foi Director da revista *Estudos de Economia* entre 1980 e 1984 e é actualmente membro do conselho editorial dos *Cadernos de Economia* e de *O Economista*.

Mas mais do que o rol de honrarias, cargos, títulos que com pesar encurtei, importa agora debruçar-me sobre as principais ideias que emergem da obra científica de António Simões Lopes.

Desse ponto de vista, o nome de António Simões está indissociavelmente ligado ao despertar e desenvolvimento em Portugal dos estudos sobre os aspectos espaciais da economia, estando aliás na origem da criação da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, da qual foi Presidente em 1985. Foi, no nosso País, um economista pioneiro, trazendo para o campo da discussão científica a análise das regiões, a necessidade de estudar os desequilíbrios territoriais, as condições da sua dinâmica, e as implicações que em termos de política económica decorrem da economia espacial. Foi ele, afinal, que nos sensibilizou para a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento, introduzindo-lhes a componente espacial, se, como ele defende, por objectivo último assumimos que os benefícios do desenvolvimento devem ser para todos, independentemente da sua localização. E é este princípio moral, em que os critérios de eficiência não se devem sobrepor aos critérios de repartição e de igualdade, que dá unidade à sua obra científica, espalhada por artigos, livros, conferências tanto em Portugal como no estrangeiro. É nesse contexto de combate pelos homens, que a variável espaço ganha uma dimensão fundamental nos escritos de António Simões Lopes e que têm por pano de fundo e enquadramento, algumas das grandes questões que agitaram a teoria económica. Relembremo-las, rapidamente, para melhor situar o trabalho científico do Apresentante.

Desde meados do séc XIX, espaço e tempo, dois elementos fundamentais da realidade económica, foram durante largas décadas ignorados pela ciência económica dominante. Durante esse longo período, o grosso dos esforços científicos foi dirigido para o estudo das condições que na economia permitiam atingir uma situação de equilíbrio estável e que fosse simultaneamente óptima. Esquemáticamente, essa situação seria alcançada através dos ajustamentos preços/quantidades, admitindo o "normal" funcionamento do mercado e supondo um comportamento "racional" dos agentes económicos.

Mas, o problema, como afirma Philippe Aydalot, é que "Se essa situação é simultaneamente equilibrada e óptima, é porque os ajustamentos (quer eles se façam sobre as quantidades ou sobre os preços), são supostos intervir instantaneamente e gratuitamente. Se eles exigissem um prazo, poder-se-iam

seguir efeitos perversos que punham em causa a estabilidade do equilíbrio. Se tivessem um custo, os ajustamentos acabariam antes de se cumprirem as condições que permitiam atingir a situação óptima.”

Parafraseando Walter Isard, neste universo sem dimensões é possível considerar hipóteses tão surpreendentes como a de desenvolver a análise do comércio internacional como se ele ocorresse num mundo sem distâncias ou custos de transportes.

A crise de 1929 veio abalar alguns dos pressupostos da teoria económica e propiciou a criação da dinâmica económica, isto é, a integração do tempo na análise. Diga-se que essa integração foi relativamente pacífica, não só porque realmente se trata de uma variável crucial da realidade económica, proporcionando por isso desenvolvimentos fundamentais da teoria, mas talvez, também, como afirma Harry Richardson, porque se adequa bem ao mundo de curvas suaves, acessíveis ao cálculo, tão ao gosto dos economistas.

Mas a integração da variável espaço tem sido bem mais difícil, embora, mais uma vez, a pressão dos factos tenha contribuído para que se lhe dispensasse mais alguma atenção. Fenómenos como o sub-desenvolvimento, a existência dos desequilíbrios regionais e a concentração urbana, vieram abalar a teoria económica obrigando-a a reconsiderar o modo de representar o espaço, afinal de contas palco de todas as crises, de todas as desigualdades. Só que em relação ao espaço a polémica situa-se a outro nível. Desde logo porque o espaço apresenta descontinuidades inconvenientes, não se prestando facilmente, por isso, a uma integração formal na teoria. Mas, sobretudo, porque se a perspectiva da construção do edifício teórico continua a ser o da optimização e o modelo de desenvolvimento económico implícito é de natureza funcional, o espaço é reduzido à sua expressão mais elementar, um simples coeficiente de atrito que dificulta o processo de integração, na razão directa dos custos de transporte a ele associados. Contra esta forma de integrar o espaço, insurgem-se numerosos e reputados economistas que, utilizando a expressão feliz de Bernard Pecqueur num artigo publicado na revista *Economie et Humanisme* em 1986, considera que “os economistas devem mudar de óculos para compreenderem o que está verdadeiramente em causa na eferescência dos territórios.”

É altura de regressarmos a António Simões Lopes, para ouvirmos a sua opinião, expressa num artigo

publicado em 1983 numa revista francesa, “... as razões mais importantes para justificar o desprezo da dimensão espacial relevam da política económica. As suas bases são de ordem conceptual, mesmo filosófica, porque ligadas à definição dos objectivos. Na realidade, se se tomar o crescimento como objectivo, pode-se e deve-se ignorar o espaço. O crescimento está cada vez mais associado aos ganhos de produtividade, passando a ser factores determinantes de localização as economias externas (os factores de aglomeração e de urbanização) e as economias de escala;...”

Por isso, e considerando que deve ser outro o ponto de vista do investigador na análise dos fenómenos sociais, António Simões Lopes desenvolve o seu trabalho científico na área da problemática do desenvolvimento num quadro de um modelo alternativo, contribuindo para clarificar conceitos e objectivos, efectuando análises empíricas e propondo novas estratégias, inspirando-se sempre na observação da realidade portuguesa.

Assim, no que se refere a conceitos e objectivos, já numa comunicação apresentada em 1979 na Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa, Simões Lopes nos alerta que “... o termo desenvolvimento não se identifica com o desenvolvimento económico e muito menos com o crescimento. Com efeito, embora a sua componente económica seja extremamente importante, o desenvolvimento não pode ser considerado como fenómeno puramente económico. É de natureza eminentemente social, impondo-se por isso a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, e não admite menosprezo dos aspectos qualitativos. Pressupondo-se, como se pressupõe, que deve atingir-se em benefício das pessoas, o desenvolvimento implica a erradicação da pobreza, a criação de oportunidades de emprego diversificadas, a redução das desigualdades de rendimentos entre outros aspectos; donde, o não dever ser analisado apenas em termos globais, que podem disfarçar uma diferenciação excessiva. Ele envolve a necessidade de ter em conta a localização das pessoas, dos recursos e das actividades, o que significa ser indispensável a dimensão espacial na discussão do desenvolvimento. Na realidade a nossa posição é a de identificar desenvolvimento regional com desenvolvimento.”

E o que é, afinal de contas, o desenvolvimento regional para Simões Lopes? Citando novamente o autor, “Desenvolvimento regional significa simplesmente acesso de cada um aos bens e



Provas Académicas na FEUC

Dando continuidade à divulgação dos resultados das actividades de investigação levadas a cabo na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, publicam-se neste número os resumos das Teses de Doutoramento em Economia realizadas durante o ano em curso, os resumos das Teses de Mestrado em Economia Europeia, defendidas em 1992/93, bem assim como os resumos das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica do corrente ano lectivo.

Teses de Doutoramento



As Teias da Família: a construção interaccional das solidariedades primárias

João Arriscado Nunes

A sociologia da família tem dedicado pouca atenção aos processos de definição e redefinição dos limites e composição do universo das relações familiares através da mobilização e articulação, em situação, de reportórios de recursos materiais e simbólicos e de competências comuns partilhadas pelos membros de uma mesma sociedade. Esses processos passam pela análise das actividades localizadas de realização prática das relações familiares e domésticas, bem como das condições de emergência das redes e unidades sociais que lhes conferem estabilidade e permitem a sua identificação como configurações de sentido caracterizadas pela transsituacionalidade.

A abordagem destes processos obriga a considerar, simultaneamente, os problemas substantivos emergentes do estudo dos processos de realização prática do domínio da vida familiar e doméstica e os problemas formais ligados ao tema da relação entre a interacção e as condições estruturais que, simultaneamente, a constroem e a tornam possível.

Na primeira parte, são exploradas em pormenor as potencialidades de algumas abordagens teóricas recentes incidindo, por um lado, sobre a relação entre a interacção e as condições estruturais da sua realização e, por outro, sobre o domínio substantivo da família. A partir de uma discussão dos problemas decorrentes da dificuldade em articular, de modo adequado, a análise estrutural e a análise fenomenológica numa mesma abordagem sociológica, é proposto um quadro teórico baseado numa epistemologia inspirada no pragmatismo filosófico, privilegiando os procedimentos de observação em situação de episódios de interacção caracterizados pela observabilidade e descritibilidade. No capítulo final desta parte, são especificadas as implicações deste quadro teórico para a análise das relações familiares e domésticas, redefinidas, de modo mais amplo, como solidariedades primárias.

Na segunda parte, são desenvolvidas as implicações metodológicas da abordagem proposta e analisada a informação etnográfica construída a partir do trabalho de campo numa freguesia rural do distrito de Aveiro. A informação provém da observação/participação de/em um conjunto de episódios de interacção seleccionados em função da sua exemplaridade enquanto instâncias das actividades localizadas de realização prática das solidariedades primárias.

Universidade de Coimbra, Junho de 1993



Diversificação e Concorrência Multimercados.
Um estudo de economia industrial aplicado aos grupos de empresas em Portugal

Adelino Fortunato

Em qualquer economia moderna as principais empresas são, em princípio, empresas multiprodutos, no sentido em que recorreram a um processo de diversificação de actividades para além da actividade principal. Apesar disso, a generalidade da teoria económica construiu-se e desenvolveu-se com base no desempenho da empresa uniproduto, o que, na maioria dos casos, não deverá comprometer as suas conclusões fundamentais.

No entanto, em determinados aspectos, a natureza destas empresas deverá provocar comportamentos e resultados específicos que importa avaliar em termos da sua dimensão e importância relativas. Da mesma forma que é necessária uma teoria da empresa mais vasta e mais substancial, que permita explicar as vias pelas quais se geram incentivos à criação daquele tipo de empresas.

Este trabalho procura situar-se nestas preocupações teóricas fundamentais, nomeadamente, no respeitante aos efeitos da diversificação sobre as estruturas de mercado, sobre as performances sectoriais e sobre a inovação tecnológica. Em discussão está, para além da influência pró-competitiva ou anticompetitiva das empresas diversificadas, os resultados globais em termos de eficiência dinâmica da afectação de recursos que resultam das suas potencialidades estratégicas.

Do ponto de vista empírico, para além do levantamento das características descritivas dos grupos industriais, construiu-se um modelo baseado em técnicas de estimação com equações simultâneas que testou aquelas ideias teóricas fundamentais para a economia portuguesa no ano de 1986. As conclusões principais apontam para um impacto importante daquele tipo de empresas, nomeadamente sobre a realização de despesas de I&D, ainda que não se registre poder de monopólio estatisticamente significativo.

Universidade de Coimbra, Julho de 1993

Teses de Mestrado

Dimensão e Performance das Empresas Portuguesas

Constantino Mendes Rei

Neste trabalho faz-se uma análise empírica das relações entre dimensão e *performance* das empresas industriais portuguesas. São examinadas as relações entre dimensão e três medidas de *performance* das empresas: a rentabilidade, o crescimento e as actividades de investigação. As principais questões a que se tenta responder são:

- i) as grandes empresas são mais rentáveis e/ou revelam maiores taxas de crescimento quando comparadas com as de menor dimensão?
- ii) as maiores empresas são proporcionalmente mais inovadoras do que as pequenas?

A análise foi conduzida através de uma amostra de 350 empresas industriais, no período 1989/90, tendo-se utilizado fundamentalmente a análise da variância (ANOVA) e modelos de regressão como metodologia.

O resultado dos vários testes revelou que a dimensão não é um factor relevante da rentabilidade ou do crescimento já que, em média, grandes e pequenas empresas têm taxas de rentabilidade e de crescimento idênticas. Por outro lado, e contrariamente ao que seria de esperar, as grandes empresas não apresentam maior estabilidade das suas taxas de crescimento ou de rentabilidade.

Verifica-se igualmente que a relação entre dimensão e actividade de investigação, é menos que proporcional, quando consideramos como indicador desta as despesas em I&D, invalidando de algum modo a hipótese de Schumpeter e Galbraith.

A análise efectuada permite concluir que, no contexto de mercado até agora existente, a pequena dimensão não tem sido um factor limitativo do desempenho das empresas industriais. A grande dimensão pode ter, e terá certamente algumas vantagens, mas também pode resultar em ineficiências, nomeadamente ao nível da tomada de decisões e coordenação da informação.

Refira-se finalmente que o processo de concentração, actualmente em curso, motivado pelo desafio europeu pode modificar a situação e inibir de algum modo as empresas de menor dimensão.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Outubro de 1992

Coordenação Internacional de Políticas Macroeconómicas — algumas questões

Margarida Antunes

Subjacentes ao actual funcionamento da economia mundial existem duas realidades de difícil conciliação. Por um lado, a interdependência crescente das economias nacionais. Por outro, o comportamento económico nacional dos governos dos diferentes países.

Partindo deste cenário, este trabalho discute a necessidade de coordenação internacional de políticas macroeconómicas. Recorre-se para o efeito, quer a modelos teóricos, quer a uma análise histórica da coordenação internacional de políticas macroeconómicas desde a vigência do sistema de Bretton Woods.

As conclusões retiradas destas duas vertentes do estudo são algo contraditórias. Por um lado, a análise teórica mostra as vantagens das acções coordenadas por parte das diferentes economias nacionais. Por outro, a análise retrospectiva prova que são raros os casos de coordenação internacional de políticas macroeconómicas. Num exame mais detalhado, a contradição explica-se pelos obstáculos existentes, na prática, a acções cooperativas deste tipo. Destes, salientam-se o desacordo entre os governantes nacionais quanto ao modelo económico a utilizar e as divisões políticas no interior de cada país.

Tendo em conta os resultados teóricos e práticos da coordenação internacional de políticas macroeconómicas, este trabalho faz ainda um estudo prospectivo da sua viabilidade. Com base em algumas propostas surgidas no meio académico, com o intuito de melhorar o funcionamento da economia mundial, e que apontam claramente para acções cooperativas, propõe-se a constituição de uma instituição supranacional. Esta seria responsável pela aplicação de um sistema de regras de política económica a utilizar por todos os governos nacionais, e de uma grelha de indicadores restrita aos países mais industrializados.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março de 1993

Potencialidades e Limitações da Indústria Transformadora da Região de Viseu: o papel dos recursos humanos

Alfredo Simões

O início do processo de industrialização — meados dos anos 70 — na região de Viseu verifica-se num contexto de mudança, a nível interno e na economia mundial. A crise que surgiu após o primeiro choque petrolífero e que abalou todos os países, alterou as normas de funcionamento das economias e pôs em causa princípios, até então seguros, acerca das condições de eficácia da actividade produtiva. A pequena dimensão (ao nível da organização espacial e da empresa) evidenciou as suas vantagens e, dessa forma, transformou-se em “instrumento” de crescimento das regiões e de resposta ao desemprego crescente. Os avanços tecnológicos, por sua vez, permitindo a flexibilização do processo produtivo, vieram dar consistência aos modelos de organização próprios das pequenas unidades.

Por outro lado, no nosso país, as mudanças no contexto económico mundial foram acompanhadas por alterações profundas a nível político com o advento do regime democrático, e o fim do “império”. A conjugação destes factores conduziu ao fenómeno da travagem da emigração e do retorno de nacionais das ex-colónias.

A região de Viseu, nestas circunstâncias, conhece um acréscimo da população e um aumento da capacidade de iniciativa empresarial. Dá-se, assim, o início da ruptura com a situação anterior caracterizada pelo domínio da agricultura.

Os anos 80 vêm trazer um novo impulso ao movimento gerado anteriormente com a resposta ao aumento da procura externa de bens industriais tradicionais. Verifica-se, por isso, um acréscimo significativo do número de empresas na região e a estrutura industrial altera-se com o predomínio do sector do vestuário em detrimento das indústrias das madeiras e alimentares.

Este modelo, porém, está a atingir o seu limite quer porque se baseou na especialização em sectores de trabalho intensivo e, por isso, mais sujeitos à concorrência dos países menos desenvolvidos, quer porque a procura externa destes sectores estagnou, quer ainda porque os processos produtivos estão alicerçados em equipamentos tecnicamente pouco evoluídos e em estruturas empresariais débeis — factores que perdem relevo no contexto da crescente internacionalização da economia, proporcionada pelo





Mercado Único Europeu, e no rápido desenvolvimento das tecnologias de informação.

Neste contexto, como reage o mercado de trabalho? De que forma se faz a adaptação da mão-de-obra vinda do sector agrícola para a indústria? Em que medida as características da mão-de-obra disponível, que se revelou factor positivo para a implementação das empresas, não estará a transformar-se num obstáculo ao desenvolvimento industrial da região?

Esta dissertação procura discutir aquelas questões assentando na seguinte estratégia. No primeiro capítulo é feita uma apreciação às teorias do desenvolvimento regional, incidindo em particular sobre as recentes orientações na perspectiva do desenvolvimento endógeno.

Nos capítulos seguintes é feita a caracterização da região e a evolução da estrutura empresarial (capítulos II e III). A procura à resposta sobre o mercado de trabalho e, em particular, sobre as qualificações dos activos conduziu-nos à realização de um inquérito junto dos empresários e cujos resultados se apresentam no capítulo IV. A primeira constatação é a de uma falta premente de mão-de-obra qualificada e a insuficiência da oferta de formação por parte do sistema de ensino-formação.

No sentido de perspectivar a longo prazo as exigências do tecido produtivo em qualificação de mão-de-obra, fez-se a análise das condições do sector industrial tendo-se concluído pela existência de algumas dificuldades decorrentes quer do domínio dos sectores tradicionais, quer da fraca produtividade associada ao peso excessivo da mão-de-obra pouco qualificada (capítulo V).

Conclui-se (capítulo VI), por fim, que emergem novos factores na região (grupos económicos, associativismo empresarial, ensino superior profissionalizante) que poderão vir a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento futuro da indústria de Viseu, sendo certo que a sua acção passará necessariamente pela valorização do principal recurso local: os recursos humanos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Março de 1993

Harmonização da Tributação das Sociedades na CEE: aspectos fiscais e contabilísticos

José Joaquim Marques de Almeida

A harmonização da tributação directa tem vindo a ganhar uma importância crescente no contexto da fiscalidade europeia, devido, essencialmente, ao seu papel objectivo e instrumental na supressão das fronteiras económicas entre os diferentes Estados-membros.

A consciência de que as diferentes estruturas dos sistemas fiscais que vigoram nos países comunitários podem provocar entraves ao desenvolvimento e reorganização das sociedades reavivou, no debate actual sobre a organização da fiscalidade na Europa, o tema da tributação directa cuja aproximação visa evitar que a concorrência entre empresas europeias seja falseada por custos de produção, rentabilidades e movimentos de capitais influenciados por considerações meramente fiscais.

Procuram-se, assim, regras fiscais neutras que permitam às empresas adaptar-se ao elevado nível competitivo exigido pelo mercado comum, elevando a sua produtividade e eficiência. Pretende-se, igualmente, atingir os objectivos fundamentais do Tratado de Roma que, em matéria de concorrência, aponta para a consagração do princípio da equidade. Este conceito impõe que todas as empresas que agem no mercado comum beneficiem das mesmas condições de concorrência.

Neste contexto, a política de harmonização da tributação, directa ou indirecta, terá de formar um todo coerente progredindo em conformidade com os diferentes graus de interpenetração da economia.

No mercado comum em que se atinge um elevado grau de integração económica, não bastará somente harmonizar a fiscalidade indirecta. Esta é, sem dúvida, indispensável ao funcionamento do mercado comum. Contudo, o aprofundamento da integração fará emergir as necessidades de aproximação da tributação directa, como se depreende dos recentes desenvolvimentos do direito comunitário derivado nesta matéria.

De facto, a aprovação, em 23 de Julho de 1990, da directiva de fusões, da directiva de sociedades mães e filhas e da convenção relativa à eliminação da dupla tributação é a prova concludente da importância da fiscalidade que incide sobre as sociedades.

Acresce a tudo isto o interesse manifestado pelo Relatório Ruding sobre outros temas de fiscalidade directa, tais como: os sistemas de tributação das sociedades e a sua articulação com a tributação dos accionistas, a harmonização das bases tributáveis, a retenção de juros e *royalties* pagos a empresas pertencentes a outros Estados-membros, o reporte nacional e internacional de prejuízos, etc.

Em face do exposto, o autor crê ser este um tema de crescente relevo no panorama da tributação das sociedades nos países comunitários. Assim, o presente trabalho insere-se na linha de preocupações que suscita a tributação das sociedades e de outros rendimentos de origem societária, cuja problemática é considerada, justamente, um dos *dossiers* mais complexos da harmonização.

Nesta sequência, e tendo o indispensável suporte teórico, a análise crítica do direito comunitário derivado e do direito comunitário proposto, nos aspectos fiscais e contabilísticos é o objectivo básico deste trabalho.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março de 1993.

Factores Político-Económicos Determinantes do Protecçãoismo à Indústria Automóvel Europeia: uma análise empírica sobre o período 1977-1987



Cristina Abreu Tavares Nogueira

A indústria automóvel europeia foi, até meados dos anos 70, protegida por uma tarifa aduaneira comum moderada, rondando os 10,5%, relativamente às importações de automóveis ligeiros de passageiros provenientes do Japão. À profunda recessão no mundo ocidental, decorrente dos choques petrolíferos de 1973 e 1979, e à simultânea penetração crescente das importações japonesas fortemente competitivas, seguiu-se uma intensa actividade dos poderes públicos dos Estados produtores europeus, para criar e aplicar (frequentemente através de intermediação e aprovação passiva de acordos bilaterais não oficiais) medidas proteccionistas que assumiram a forma de acordos de Restrições Voluntárias às Exportações ou de auxílios estatais à indústria automóvel europeia.

Toda esta actividade, aparentemente conduzida ao nível nacional, não pode dissociar-se de uma actuação supranacional, atendendo a que os Estados se encontram inseridos numa organização multinacional com elevado grau de compromisso político e económico. Os países pertencentes à CEE confrontam-se não apenas com os interesses dos produtores nacionais, mas também com os interesses de todos os Estados-membros e, em última análise, com os interesses dos produtores estrangeiros, atendendo à estrutura oligopolista internacional da indústria automóvel mundial.

O objectivo central desta investigação consistiu na elaboração de um modelo empírico, explicativo das variações de nível e de forma das medidas comunitárias proteccionistas da indústria automóvel europeia. Esse propósito obrigou à formulação de um conjunto de pressupostos, devidamente assumidos e fundamentados, que permitisse a simulação de cenários futuros sobre a protecção ao sector, no âmbito de uma CEE cada vez mais integrada politicamente.

O modelo é desenvolvido no seio do corpo teórico da Economia Política do Protecçãoismo, partindo da complementaridade existente entre duas abordagens: o modelo dos grupos de interesse e a óptica social. Assim, dado que as variáveis reflectem estas duas posições, procurou-se aumentar a capacidade explicativa do modelo.



A partir daqui, a investigação centra-se em quatro eixos fundamentais: (1) a fundamentação teórica necessária ao desenvolvimento de um modelo ao nível da Comunidade Económica Europeia viola aparentemente a realidade; (2) abandono dos modelos empíricos *cross-section*, usuais no campo da investigação da Economia Política do Protecçãoismo, optando-se por um modelo temporal sectorial que confirme as conclusões retiradas dos modelos anteriores, com base na caracterização específica desta indústria; (3) investigação dos argumentos justificativos do acréscimo da protecção ao sector, que revistam a forma de uma descida do nível tarifário relativamente aos acordos de RVEs e aos auxílios estatais prevaletentes ao nível da protecção global à indústria; (4) investigação dos possíveis efeitos de *feed-back* da protecção, sobre factores determinantes do seu próprio nível, nomeadamente o seu impacto sobre o mercado de trabalho.

O ponto (3) reveste um aspecto a que se deu particular atenção nesta dissertação, pois é essa investigação que vai permitir incluir num modelo empírico doméstico de determinação endógena do protecçãoismo à indústria automóvel europeia: (i) a pressão dos lobbies estrangeiros; (ii) a ligação ao domínio da Economia Industrial, através dos comportamentos de interacção estratégica dos agentes privados e dos governos nas indústrias internacionais oligopolistas; e (iii) a convergência supranacional dos interesses dos países produtores e não-produtores, visando o objectivo político-económico de construção de uma Europa única.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Abril de 1993

Comércio Intra-Ramo. O caso das relações comerciais entre Portugal e a Comunidade Europeia

Carla Chouzal

Esta dissertação centra-se, daclaramente, na vertente empírica do comércio intra-ramo, integrando duas partes distintas, mas interligadas: uma primeira parte que se orienta para a análise e sistematização da abordagem do comércio intra-ramo na literatura económica, sobretudo na sua componente empírica, e uma segunda parte, de maior valor acrescentado, que consiste no estudo de um caso concreto: o comércio intra-ramo nas relações comerciais entre Portugal e Comunidade Europeia.

Na primeira procede-se à análise das questões conceptuais e metodológicas associadas à definição, apreensão e medida do comércio intra-ramo, bem como à síntese dos resultados dos principais trabalhos orientados para a identificação dos níveis e tendências do comércio intra-ramo e para a comprovação empírica das explicações teóricas. Dois objectivos marcam a segunda parte: por um lado, o de evidenciar, de uma forma sistemática, a relevância do comércio intra-ramo no contexto das relações comerciais entre Portugal e a Comunidade Europeia (1970, 1980 e 1990); por outro lado, o de pôr em confronto as duas metodologias de abordagem identificadas na primeira parte (metodologia "tradicional" e de Abd-El-Rahman), tomando por base os respectivos resultados globais e o tipo de análise que proporcionam à luz de um caso concreto.

A componente original deste trabalho foi desenvolvida nesta segunda parte; é, pois, relativamente a esta que se centram as principais notas conclusivas. Da adopção de duas metodologias decorre naturalmente a existência de algumas conclusões parciais específicas, que se julga merecerem breve referência nesta síntese do trabalho.

Quanto à metodologia tradicional, sobressai a evolução positiva do comércio intra-ramo no decurso das duas décadas. Contudo, atingindo tal comércio cerca de 43% do comércio de produtos manufacturados realizado com os parceiros comunitários em 1990, deve sublinhar-se que a componente maioritária deste continua a ser do tipo intra-ramo.

Globalmente, detecta-se que os níveis de comércio intra-ramo mais fracos se associam,

simultaneamente, aos ramos em que a dependência do exterior é forte e aos ramos de elevada vocação exportadora e fortemente excedentários. No extremo oposto, surgem os ramos com muito forte intensidade do comércio intra-ramo, os quais assumem, genericamente, um carácter marginal na estrutura do comércio externo. Em zona de intensidade intermédia, concentram-se ramos de natureza variada, com destaque para muitos em que Portugal é importador líquido e cujos produtos são fortemente diferenciados.

Em termos de evolução verificada nas duas últimas décadas, é de referir, genericamente, o seguinte:

— Nos ramos tradicionalmente deficitários (103 em 150), o número mais significativo (43) registou um acréscimo sustentado do nível de comércio intra-ramo, o qual correspondeu a uma evolução favorável da sua dependência do exterior; em 34 ramos verificou-se uma redução do índice de comércio intra-ramo na década de 70 e um aumento na década de 80 (reflexo do agravamento da dependência do exterior no primeiro daqueles períodos e da sua posterior recuperação).

— Ao nível dos ramos excedentários, a evolução mais comumente observada correspondeu a uma redução do nível de comércio intra-ramo na década de 70 e a um posterior aumento na última década. Trata-se, no essencial, de ramos que experimentaram sucessivamente um forte crescimento orientado para o exterior, essencialmente durante a década de 70 e a primeira metade da década de 80, e uma crescente penetração de produtos importados, sobretudo a partir de meados dos anos 80.

Passando à metodologia de Abd-El-Rahman, será de começar por sublinhar que o nível de desagregação a que ela conduz e os resultados a que se chegou convergem no sentido de se concluir, indiscutivelmente, pela efectividade do fenómeno. Verifica-se, no entanto, que as trocas que o autor designa por unívocas (isto é, aquelas que correspondem a produtos com especificações técnicas e qualitativas diferentes) continuam a ser dominantes, sendo ainda interessante constatar a maior importância das trocas de gama (representando cerca de 1/4 do comércio) em relação às trocas de produtos similares (cerca de 17%).

Quanto a estas últimas, apenas 26 ramos apresentam níveis superiores a um limiar tido por relevante (20%), predominando, neste conjunto,

ramos em desvantagem comparativa. Na medida em que vários estudos atribuem um papel relevante às empresas com capital estrangeiro nestes ramos, bem como indiciam a sua melhor *performance* relativamente às empresas nacionais, parece haver fortes indícios para a confirmação da posição de Abd-El-Rahman segundo a qual, nos ramos em desvantagem comparativa, as exportações resultam da existência de empresas que detêm vantagens específicas (apesar da desvantagem comparativa global), ou seja, empresas que apresentam uma *performance* acima da média global. Trata-se certamente de uma via de investigação a explorar.

Quanto às trocas de gama, constata-se a sua concentração ao nível da gama baixa. Tanto a análise centrada na principal zona de vantagem/desvantagem comparativa como a análise centrada nos principais ramos em que se detecta a ocorrência de trocas relevantes apontam para a importância dominante das de gama associada aos ramos em que Portugal concorre com os seus parceiros comunitários em produtos de gama relativamente inferior.

Numa perspectiva comparativa, note-se que a diferença entre as duas metodologias começa, desde logo, ao nível das respectivas concepções quanto ao que deve ser entendido por comércio intra-ramo, apreendendo e medindo, consequentemente, tal fenómeno de forma distinta. Esta divergência de base impede, significativamente, o confronto directo dos resultados, ainda que seja relevante confrontar, dentro desses limites, a informação que cada uma fornece. Apesar de, em termos de hierarquia, a divergência entre as duas metodologias não ser muito significativa (o que não deixará de resultar, em larga medida, da estrutura do comércio com os parceiros comunitários), parece indiscutível afirmar-se que a metodologia de Abd-El-Rahman ultrapassa notoriamente a metodologia “tradicional” em matéria de riqueza interpretativa, desde logo, pelo facto de partir de um nível mais detalhado e de confrontar os fluxos em quantidade e valor, o que permite um acentuado alargamento do campo de análise, bem como a ultrapassagem de alguns problemas deixados em aberto pela metodologia “tradicional”.

De entre os restantes aspectos a salientar, destaca-se ainda o de poder concluir-se que, independentemente da abordagem adoptada, o nível de comércio intra-ramo surgiu como reduzido (embora em evolução positiva) quando se confronta o caso português com outros países, nomeadamente, os seus parceiros comunitários.





Os resultados obtidos parecem também permitir uma conclusão no sentido de ilustrar uma significativa estabilidade temporal do padrão de especialização da economia portuguesa. Acresce que, mesmo nos casos em que se detecta alguma alteração, nomeadamente assimilada ao aumento das trocas de produtos similares em ramos em desvantagem comparativa e ao posicionamento favorável de Portugal em certos casos de trocas de gama com os seus parceiros comunitários, surgem indícios de alguma fragilidade de especialização. No primeiro caso, há efectivamente vários factores a apontarem para o facto de as vantagens específicas serem provenientes de empresas com capital estrangeiro; no segundo caso, detecta-se que o melhor posicionamento de Portugal nas trocas de gama, para além de ainda assumir uma fraca expressão, se associa a bens intermédios, na sua maior parte inseridos em fileiras produtivas caracterizadas por uma fraca capacidade competitiva nacional.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Maio de 1993

A Configuração de uma Política de Desenvolvimento Industrial: Portugal, início da década de 90

Natália Canadas

A afirmação da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento industrial marcou, permanentemente, o discurso político-económico no Portugal do século XX. No tempo que corre, a necessidade e a possibilidade de uma política de desenvolvimento industrial tem vindo a ser enfatizada. A tal facto não é alheio, quer o grande afluxo de fundos comunitários, quer o renovar do interesse pela "política industrial", que marca este início da década, após a excessiva preocupação com o curto prazo inerente ao liberalismo dos anos 70 e 80.

O nosso objectivo centrou-se na apreensão da "Configuração da Política de Desenvolvimento Industrial", em Portugal, no início da década de 90. Em particular, procurámos seriar aspectos relevantes para a análise e futura avaliação do instrumento de política que é o Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), na sua vertente de incentivos ao investimento produtivo.

Assim, depois de olhar para o passado, procedemos à delimitação das novas perspectivas teóricas e à delimitação do papel do Estado, bem assim como, à análise dos pontos e variáveis de intervenção, após o que a quantificação do coeficiente de Verdoorn e da elasticidade rendimento da procura de exportações permitiu construir uma grelha de leitura do instrumento e dos dados de aplicação com vista a uma hierarquização dos sectores com interesse estratégico.

Se a análise empreendida não nos conduziu a conclusões fortes, permitiu, pelo menos, afirmar que:

— Os objectivos de política industrial, veiculados pelo discurso político, só aparentemente são compatíveis com as perspectivas teóricas retidas, porque não estão patentes em igual grau, no conceito de relevância industrial inscrito no SINPEDIP que foi tido como "o instrumento de veiculação da política industrial do governo na apreciação de projectos candidatos a incentivos".

— No entanto, da análise dos resultados da aplicação do instrumento, recolhe-se a ideia de alguma solidez na intencionalidade estratégica, tendo-se assistido a uma repartição de incentivos e de intenções de investimento que, em regra, se afasta da repartição sectorial do investimento num período pré-PEDIP.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Maio de 1993

Harmonização Fiscal e Teoria da Tributação

João Paulo Nogueira Martins

Neste trabalho analisou-se o processo de harmonização de impostos indirectos na Europa, particularmente a aproximação das taxas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Mostra-se, aproveitando alguns conceitos da teoria da tributação óptima, que para cada país existe uma estrutura óptima de taxas para os impostos indirectos que é, geralmente, não-uniforme. Assim, um processo de harmonização que leve a uma modificação nas taxas existentes (por hipóteses consideradas óptimas) pode ter custos de bem-estar. Estes custos são estimados para a situação portuguesa considerando que a reforma das taxas do IVA de Março de 1992 foi realizada dentro do processo de harmonização fiscal na Comunidade Europeia. Os custos estimados não são desprezíveis e são de grandeza semelhante à poupança de custos administrativos da abolição de fronteiras fiscais.

Considerando, por outro lado, que as diferenças existentes entre as taxas de imposto em Portugal e Espanha não eram suficientemente vincadas para que a abolição das fronteiras fiscais levasse a um aumento importante nas compras transfronteiriças, defende-se que a reforma realizada não era necessária para a realização do Mercado Interno.

Mostra-se, no entanto, que a aproximação de taxas entre países pode ser justificada para impedir que a tributação indirecta seja utilizada com finalidades proteccionistas nos países com capacidade para influenciar os termos de troca.

No trabalho testa-se também, através de uma técnica que realça os aspectos de equidade, a optimalidade da estrutura das taxas a mover-se na direcção do óptimo.

Uma discussão sobre os princípios de destino e de origem — certamente o tema mais clássico relacionado com a harmonização fiscal — é empreendida. Realça-se que os dois princípios não podem ser considerados equivalentes num modelo com hipóteses realistas, e que o princípio do destino continuará a ser utilizado na Comunidade, mesmo quando a liquidação do imposto passar a ser realizada na origem.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Julho de 1993

Evolução e Aplicação da Legislação *Anti-dumping* Comunitária no Período de 1980-1990: análise das determinantes da procura de protecção *anti-dumping*

Maria Paula Caiano

A Comunidade internacional representada pelo GATT considera o *dumping* uma forma de comércio desleal e de concorrência injusta, e como tal, não sendo por ela proibido, é por ela condenado, permitindo a aplicação de medidas de retaliação contra tal prática de comércio. Como resultado, nações individuais e blocos comerciais desenvolveram leis e medidas *anti-dumping* compatíveis com o Artigo VI do GATT.

O primeiro e principal objectivo do nosso trabalho é o de estudar a aplicação da legislação e das medidas *anti-dumping*, suas alterações e resultados concretos, quando aplicada pela Comunidade Económica Europeia no período de 1980/1990 com vista a determinar se a aplicação e as alterações da lei *anti-dumping* neste período têm resultado num número crescente de inquéritos iniciados, na aplicação de medidas *anti-dumping* mais desfavoráveis aos exportadores para a Comunidade e se ela se dirige a um ou mais grupos de países em particular. A questão de se saber se a lei *anti-dumping* apresenta ou não um enviesamento relativamente a determinados países é importante, uma vez que tal aumenta a probabilidade de ser um instrumento de política comercial flexível, cujo resultado pode ser influenciado por factores não considerados explicitamente na legislação e nos inquéritos.

Perante tal questão o segundo objectivo do presente trabalho é o de analisar as determinantes da procura de protecção *anti-dumping*. À semelhança de outros estudos empíricos, nomeadamente de Grilli e de Tharakan, estima-se um modelo, explicativo da percentagem de inquéritos *anti-dumping* iniciados contra a América do Norte em função de quatro variáveis explicativas de âmbito macroeconómico. Os resultados do estudo empírico revelaram uma tendência para que factores macroeconómicos caracterizadores da conjuntura económica da Comunidade sejam determinantes da percentagem de inquéritos contra a América do Norte no período considerado, confirmando as relações esperadas e as hipóteses formuladas.

Em síntese, pode concluir-se pela existência de um reforço da legislação *anti-dumping* comunitária patente no recurso crescente e de uma forma mais inflexível a este instrumento de protecção comercial,





cuja procura é em grande medida determinada pelo comportamento de variáveis caracterizadoras da conjuntura económica comunitária, transmissoras de impulsos proteccionistas.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Julho de 1993

Os Impostos Especiais de Consumo. Efeitos económicos e objectivos extra-fiscais

Maria Isabel Clímaco

A análise dos efeitos económicos e a consideração de objectivos extrafiscais dos impostos especiais de consumo, especialmente do tabaco e das bebidas alcoólicas, constituem o objectivo principal deste trabalho.

A análise decorre num quadro de equilíbrio parcial, centrando-se no processo de ajustamento do mercado do bem tributado e mostrando a importância da elasticidade da procura na dimensão do custo de bem-estar designado por *excess burden*. Compara-se a tributação específica e *ad valorem* para duas situações limite de mercado (concorrência perfeita e monopólio puro).

Passando-se depois a admitir a hipótese de heterogeneidade dos bens, procede-se de novo à comparação entre as duas formas alternativas de tributação, específica e *ad valorem*, analisando-as com base nos efeitos sobre a qualidade e a variedade dos bens, para situações de mercado intermédias.

Tendo em conta a natureza dos bens tributados, nomeadamente o seu carácter "viciante", questionam-se os objectivos da redução de consumo e as potencialidades do imposto para atenuar a distribuição, geralmente regressiva, da sua carga fiscal.

Descrevem-se, finalmente, algumas das implicações da harmonização dos impostos especiais de consumo de tabaco e de bebidas alcoólicas em curso na Comunidade Europeia.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Outubro de 1993

principais características, apontam-se a desagregação de métodos interactivos em operações elementares que envolvem directamente o agente de decisão, e a construção de meios gráficos adequados para a representação da informação em problemas com mais do que três funções objectivo. A desagregação dos métodos em operações elementares possibilita ao agente de decisão diferentes combinações de procedimentos de cálculo e expressão de preferências. O sistema tem como finalidade ajudar o agente de decisão a explorar não só o problema, como também a si próprio, através da revisão do seu sistema de preferências, no sentido de encontrar soluções satisfatórias.

Como exemplo de aplicação do sistema, foi estudado um modelo de planeamento económico regional que se baseia em dados reais. Este modelo tem como principal finalidade constituir um exemplo ilustrativo e não um caso de estudo. Apesar disso, a metodologia subjacente constitui a base essencial para o desenvolvimento futuro de modelos reais do mesmo tipo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Abril de 1993





estrangeiros e da gestão de incentivos ao investimento.

A capacidade de atracção de IDE por Portugal revelou-se menor do que a dos outros EUR4 devido à relativa escassez de factores de atracção (diminuto mercado interno e relativa escassez de recursos naturais, por exemplo) e a uma mais tardia e menos intensa receptividade expressa, em particular, pela quase inexistência de incentivos fiscais e financeiros específicos e pela ausência de organismos com vocação específica neste domínio. Por outro lado, há que ter em conta que a história recente do país foi marcada por uma ruptura política que alterou profunda e subitamente as regras do jogo político-económico e deu lugar a uma década de instabilidade e incerteza, situação com inevitáveis efeitos dissuasores para os investidores estrangeiros. A motivação prevalecente para o IDE em Portugal foi assim (e continua a ser) tirar partido de baixos custos salariais, visando a produção para exportação de produtos industriais maduros (por exemplo, têxtil e vestuário) ou de faixas do processo produtivo mais intensivas em trabalho em sectores tecnologicamente avançados como os de produtos eléctricos e electrónicos.

O trabalho termina esboçando algumas perspectivas de evolução para o IDE nos EUR4 no futuro próximo, tendo em conta a actual pertença comum à CEE, num período de aprofundamento da integração europeia. Admite-se que o processo em curso atraia aos EUR4 montantes acrescidos de IDE, decorrentes de processos de racionalização/relocalização da produção pelas EMN já presentes na CEE ou da atracção de novos IDE oriundos de países terceiros e justificados pelas oportunidades de um mercado alargado ou pelos receios de um proteccionismo aumentado. Mas a distribuição (quantitativa e, o que é mais importante, qualitativa) deste eventual aumento de IDE pelos EUR4 dependerá das suas vantagens relativas em termos de infraestruturas, incentivos fiscais e financeiros, qualidade da força de trabalho e dos fornecimentos locais e estabilidade político-social. Para potenciarem a sua atractividade relativa estes países deverão, pois, apostar no reforço da indústria propriamente nacional, na educação e formação profissional (em especial em áreas científico-técnicas e de gestão), nas infraestruturas (de transportes, comunicações e telecomunicações) e na capacidade nacional de I&D.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Março de 1993

Programação Linear Multiobjectivo:
desenvolvimento de um sistema interactivo de apoio à
decisão e estudo de um exemplo ilustrativo

Maria João Alves

Muitas situações de decisão da vida real consistem na resolução de problemas com múltiplos critérios, geralmente conflituosos. A complexidade, heterogeneidade, incomensurabilidade, natureza conflituosa e os compromissos presentes na situação de escolha tornam difícil a modelação e formulação do problema à custa de apenas um critério. O agente de decisão é confrontado com a necessidade de ponderar os conflitos entre os critérios, com vista a encontrar uma solução de compromisso satisfatória. Assim, surge a necessidade do desenvolvimento de técnicas de decisão capazes de ter em conta a complexidade e natureza conflituosa presentes em problemas reais.

Neste trabalho é proposta uma abordagem interactiva para a resolução de problemas de programação linear com múltiplos objectivos (critérios) através de um sistema computacional de apoio à decisão. As abordagens interactivas são caracterizadas pela existência de fases de decisão que alternam com fases de cálculo. O agente de decisão intervém no processo de pesquisa de soluções, através da indicação de informação relativa às suas preferências.

O sistema de apoio à decisão proposto resulta de um trabalho que vem sendo desenvolvido há alguns anos na área da programação linear multiobjectivo, surgindo a partir da integração inicial de diferentes métodos interactivos numa base de métodos designada por TOMMIX (Three Objective Methods MIXed). A base de métodos TOMMIX é especialmente dedicada a problemas com três funções objectivo e integra alguns dos mais significativos métodos interactivos, permitindo tirar partido da sua combinação e da transferência de informação recolhida em cada um deles. A partir de TOMMIX foi, então, construído um novo sistema de apoio à decisão no qual os métodos foram desagregados em procedimentos elementares. Este sistema tem como principal preocupação constituir um sistema totalmente flexível que permita ao agente de decisão tirar partido das principais potencialidades de alguns métodos interactivos de uma forma não estruturada em relação à sequência de passos originalmente concebida (no caso dos métodos estruturados) e usufruir de um meio gráfico único sem condicionamentos ao número de funções objectivo do problema. Assim, como

principais características, apontam-se a desagregação de métodos interactivos em operações elementares que envolvem directamente o agente de decisão, e a construção de meios gráficos adequados para a representação da informação em problemas com mais do que três funções objectivo. A desagregação dos métodos em operações elementares possibilita ao agente de decisão diferentes combinações de procedimentos de cálculo e expressão de preferências. O sistema tem como finalidade ajudar o agente de decisão a explorar não só o problema, como também a si próprio, através da revisão do seu sistema de preferências, no sentido de encontrar soluções satisfatórias.

Como exemplo de aplicação do sistema, foi estudado um modelo de planeamento económico regional que se baseia em dados reais. Este modelo tem como principal finalidade constituir um exemplo ilustrativo e não um caso de estudo. Apesar disso, a metodologia subjacente constitui a base essencial para o desenvolvimento futuro de modelos reais do mesmo tipo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Abril de 1993





serviços básicos independentemente do local em que viva (e não se entende apenas acesso físico). Ele implica liberdade no seu sentido mais amplo, isto é, capacidade de escolha dentro de uma gama de oportunidades que se deseja sempre crescente. Ele envolve dignidade, identidade e respeito”.

É à luz destes princípios que António Simões Lopes analisa em diversos estudos a realidade portuguesa, pondo a descoberto a amplitude dos desequilíbrios regionais que marcam o nosso território e, por consequência, suscita fortes reservas sobre a bondade das políticas económicas que têm vindo a ser aplicadas nas últimas décadas.

Assim, já em 1976, num artigo sobre as relações de dependência à escala regional publicado nos *Cadernos de Análise Regional*, constata que “na faixa litoral portuguesa compreendendo os distritos de Braga até Setúbal, correspondente a pouco mais de um quarto da superfície total, vamos encontrar dois terços da população total e quatro quintos do PIB, nove décimos da produção das indústrias transformadoras e cerca de nove décimos do produto de serviços.”

Neste quadro espacial preocupante, António Simões Lopes, vai pôr ao serviço do estudo da diferenciação regional, o conhecimento profundo que possui dos instrumentos e técnicas de análise económica. Por exemplo, num texto publicado pelo CESUR em 1978, a análise dos quadros regionais input-output permite-lhe mostrar que “... qualquer que seja o sector de actividade, os efeitos multiplicadores do rendimento são sempre maiores nas regiões Sul e Centro, por oposição a Lisboa e Norte, sintoma de que as actividades se desenvolvem nestas últimas mais frequentemente com recursos a processos capital-intensivo”. Do mesmo modo, num artigo publicado dois anos antes, António Simões Lopes utiliza um quadro de fluxos inter-regionais como outra forma de análise das assimetrias e conclui que “... todas as regiões dependem largamente de Lisboa, mesmo a região Norte, facto que há-de condicionar severamente as possibilidades de correcção dos desequilíbrios”.

Estas e outras análises sobre a realidade portuguesa, levam Simões Lopes a apontar para a organização espacial da sociedade como objectivo de longo prazo do desenvolvimento. Inspirando-se nos trabalhos de dois grandes vultos da Economia Espacial, August Losch, a quem se deve a primeira tentativa de uma teoria geral da localização com fundamentos económicos e Walter Christaller, pai de uma teoria

sobre a dimensão, número e distribuição das cidades, Simões Lopes esclarece que “.. a organização espacial da sociedade significa o estabelecimento de uma rede hierarquizada de centros (e de regiões associadas a eles),... concebidos para actuar como elementos de um sistema de pólos de desenvolvimento localizados estrategicamente a serem complementados mais tarde por pólos secundários correspondentes aos lugares centrais de ordem inferior”.

É esta harmonia espacial que Simões Lopes convictamente defende para o nosso País, para a qual se caminhará se a política económica, mesmo não esquecendo outros importantes objectivos, puder favorecer o aparecimento de uma malha urbana equilibrada, nomeadamente nas regiões do interior, ao preço talvez de um menor andamento dos indicadores globais, mas na certeza, porém, que este é seguramente o modelo de desenvolvimento que interessa a todos os portugueses e não só àqueles que vivem na estreita faixa do litoral.

Eis, pois, um breve esboço da obra e ideias de António Simões Lopes, eminente universitário, homem de ideais firmes e de excepcionais qualidades humanas.

Magnífico Reitor:

Creio que sobre a pessoa do Apresentante não carecia a Universidade de Coimbra do meu modesto testemunho, porque já há muitos anos que lhe conhece o mérito e o valor.

Sobre a craveira científica e moral do Postulante, estou convicto também, por tudo aquilo que aqui foi hoje dito, que não subsistem quiasquer dúvidas.

Peço, por isso, Magnífico Reitor, que ordeneis a imposição das insígnias doutorais a Albert Hirschman.